

H

Handwritten notes and signatures at the top right.

9-m-2.

Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

Handwritten text: "sua vida".

...tudo aqui desde o dia 10 e voltarei amanhã. Quando o "gorda" não manda ainda, então manda uma carta para você, e ela não havia mandado ainda, então não faça nada, já depois de receber a sua 3ª carta. Estava ansiosa por saber como você sempre Deus me ajuda e fico sempre muito satisfeita em saber que vai bem. Em escrevendo para, à noite, eu escrevo Maria e mandei estas encomendas e 30,00. A quem é a gorda que manda.

...de cada bem. ~~Se~~ sempre escrevo, trabalhando muito, a semana está muito boa, passaram a semana santa.

...da dia e cada hora um pensamento é para você, assim longe, mas como é para bem, seja feita a vontade de Deus. Um dia, espero, tudo voltará a tranquilidade.

...ou está pensando, você diz que a coisa está feita, etc, etc, portanto não deve viver em viver mais tão cedo aqui, procurar ir pra mais longe, mas se está longe (mas) onde possa viver mais livre, não é possível viver assim muito tempo.

...em um pouco certo, apesar de estar bem. Não adira que tudo está? O que não é bom não é bom nem pensar aparecer aqui, é ruim, demais estar longe, mas prefiro a certeza o que acontece aqueles, então. O que não todo dia a Deus, que é certo. Por isso, acho que você deve ir resolvendo fazer para, S. Paulo, mas ninguém corre ninguém, não que seja a mesma, detraça, vai sendo o melhor. O principal é ter certeza para ir levando enquanto for possível, manda dizer quanto precisa, viagem, estadia e é o certo. Já falei "nada" (como diz você). Ficar exposto a esses... é que não é possível.

...se possível, mas se não morrer. Quando precisar de alguma coisa, mande pedir, dinheiro, roupa, etc.

...muito muito vontade de lhe ver, mas estou sempre escrevendo e espero sempre suas notícias, pois sem elas seria horrível.

...vai bem no colégio e em sua carta dizendo. Se tiver algum modo de para

W
Gostaria de...

[Handwritten signature]

419

[Handwritten signature]
Gostaria de...

minha, manda na carta de Maria, quando me encontrar lá atrás...

Quem não pensar assim, avise.

Rezo omni die pela situação mundial, pelo viver em paz. Deus é grande e se Ele com Sua proteção há de ajudá-lo. Não tenha tanto medo de ficar porque colocá-lo nas mãos de Deus e ninguém pode mais do que Ele.

Em casa eu disse há alguns dias, com aquelas notícias dos jornais, confie em Deus. Ninguém pode mais do que Deus "Fé remove montanhas".

Um dia você terá de dizer, a senhora tinha razão.

Quisera poder lhe fazer muito feliz, pois tenho muita pena em não fazer mais por você. Por enquanto tudo que posso fazer é dizer:

Deus o proteja e guarde...

Guarda manda um abraço - Que, que manda as calças de ~~segunda~~!

Minha está muito animada e está cuidando de meus, o fogão está completo e já veja como estão todos alegres lá, principalmente a mamãe...

Eu feliz com a notícia. O meu pai vai muito bem e escreveu perguntando por você. Pergunta se quer ir para lá. Pa e lá mãe tudo vontade, mas se quiser Lisboa vamos resolver. O passaporte tira lá em pessoa, mãe é difícil.

Notou e mandou as coisas que faltam... O "dellin" está sempre falando em você.

Um abraço, beijo e muitos saudações.

Deus lhe guarde. O Dujo da guarda, seja seu guia em sua viagem pelo "refugi".

Muito carinho, mamãe -

Escreva!

12
de 12

Vou tirar para mim um sobretudo azul e um "bonnet de...".
futuro de Dina menina.

[Handwritten signature]

422
S.M.S.
Gustavo Kachilsky

A LUTA CONTRA OS DESVIOS DE DIREITA E DE ESQUERDA

Os reformistas conciliam e claudicam, apegados à conservação e à sobrevivência meramente vegetativa; os militaristas se auto-destróem, no seu van guardismo e no seu desenfreado culto da vontade. Os primeiros, caricaturam os princípios do marxismo-leninismo, usando-os fraudulentamente para justificar o seu passo de cágado e as suas traições; os segundos, transformam a im paciência em virtude política e apresentam como novidades teóricas os velhos desvios pequeno-burgueses. Ambos se baseiam no passado e arrastam o movimen to revolucionário para trás.

Do ponto de vista do marxismo-leninismo não existe o "mau desvio" e o "desvio bom". Tanto o reformismo como o militarismo são posições anti-proletárias e devem ser tratados como tal. É imperdoável a conciliação com um ou outro desvio, mesmo quando se concentra a luta contra aquele que pesa mais, nas teorizações e na prática. O combate a um desvio caindo-se no extre mo oposto, já demonstrou - e ainda vem demonstrando - os seus prejuízos, na revolução brasileira.

A conciliação com os desvios de direita e de esquerda já deu os seus frutos negativos, nas origens do Partido e na nossa prática posterior. É preciso ser intransigente no combate a ambos os desvios., por mais sutilmente que eles se manifestam no conjunto das forças revolucionárias e dentro do Partido. É preciso ressaltar e esclarecer as implicações científicas e político-ideológicas de questões aparentemente "técnicas", "de método", etc., demonstrando a comunhão que há entre métodos e diretivas, que o justo método não é na mais nem nada menos do que a materialização da justa diretiva. É preciso esclarecer constantemente as raízes sociais e teóricas dos desvios ideológicos, definindo-se teorizações e prática que os neguem. Temos que ser intransigente na luta contra os desvios anti-marxistas, não aceitando as rupturas graduais resultantes da pressão pura e simples dos acontecimentos, da evidência dos fatos, mas que não significam o abandono das posições básicas, ideologicamente desviadas. Uma coisa é, partindo-se da objetividade dos fatos, - retirar-se matéria-prima para análise e se romper radicalmente com os desvios; outra é adaptar-seus desvios às novas condições de cada momento.

Muitas vezes há a concordância com tôdas as tarefas concretas do momento, mas há discordância na sua exposição teórica, na argumentação, etc.. Outras vezes, concorda-se com as definições gerais, mas quando se desce aos detalhes ou se vai encaminhar a prática, manifesta-se uma profunda divergência.

A condução inobjetiva e incorreta da luta contra os desvios, pode levar ao emocionalismo, à inclusão de elementos sem princípios nas divergências político-ideológicas e dificultar o avanço daqueles que se encontram em processo de definição, classificando-os nas suas posições.

Na luta contra os desvios ideológicos, quer atinjam o nível de revisionismo (de esquerda ou de direita), quer se limitem a manifestações isoladas na análise e no encaminhamento de problemas específicos, devem ser observados os seguintes aspectos, dentro e fora do Partido:

- Ser científico e frio, não exagerando a luta contra os desvios, não os encarar de uma maneira fantasmagórica ou moralista, delimitar exatamente onde e em que nível se manifestam os desvios e estabelecer as formas de combatê-los e superá-los em cada caso concreto, na teoria e na prática.

- Reconhecer e estimular os esforços para avançar e os efetivos avanços, ainda que tímidos, de quem quer que seja, no caminho da superação dos desvios.

A frente única de classes na atual etapa da revolução brasileira é determinada pelo seu caráter popular, antiimperialista e antilatifundiária. Não é apenas o proletariado, mas também outras classes e setores de classe tem condições com a burguesia monopolista e o latifúndio. Estas classes e camadas têm interesses objetivos distintos do proletariado, mas nesta fase do processo existem objetivos comuns que permitem uma aliança para destruir o inimigo comum. Essas classes e camadas são: camponeses sem terra ou com pouca terra (meeiros, arrendatários, sítiantes, agregados, posseiros, etc.), ou as reivindicações só podem ser atendidas por uma reforma agrária radical; as camadas médias, cujas principais parcelas são os setores assalariados (cofeiros, bancários, funcionários públicos) e também estudantes, profissionais liberais, intelectuais, pequenos comerciantes, artesãos, etc.; a imensa massa marginalizada pelo sistema, subempregada ou desempregada, oprimida e sobrevivendo miseravelmente, na cidade e no campo.

É necessário que o proletariado conquiste a hegemonia no processo de luta, a fim de que o Governo Popular Revolucionário seja, de fato, um governo de transição para o socialismo. As outras classes que compõem a frente única sofrerão uma acentuada radicalização política, no desenrolar do processo, mas seus interesses não são socialistas. A consequência, a continuidade do processo revolucionário, só pode ser dada pelo proletariado, representado pela sua vanguarda, o Partido Marxista-Leninista. Em vista do caráter da revolução em sua etapa atual e das forças sociais que dela participam, a frente única não pode realizar-se em torno do programa do Partido tomado em seu todo, pois este é o programa de classe do proletariado, que visa não só a revolução popular, mas ao socialismo e ao comunismo.

A construção da organização de frente única - a FREP - deverá ser desenvolvida desde já, em todas as áreas de atuação do Partido. Todos os que aceitam o Programa do Governo Popular Revolucionário - GPR -, a formação do Exército Popular Revolucionário e a Organização Independente da Massa e estejam dispostos a encaminhar na prática a construção da FREP, devem ser organizados pela base, nos locais de trabalho e estudo. Mas a medida em que a prática for crescendo, deve-se ir aglutinando os núcleos setoriais e ampliando as áreas de atuação da FREP.

O programa do Governo Popular Revolucionário - GPR - tem as seguintes tarefas centrais:

- Dissolução das forças armadas e de todo aparelho de repressão do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o pelo Exército Popular e pelas milícias populares armadas que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder

- Nacionalização das empresas estrangeiras pertencentes ou associadas ao capital monopolista e completa libertação do Brasil do domínio imperialista, no terreno econômico e político, com a anulação de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais.

Reforma agrária radical que elimina a propriedade latifundiária, impulsiona o desenvolvimento da agricultura e eleva o nível de vida dos assalariados rurais e camponeses, através das seguintes medidas: distribuição em caráter individual e gratuito de terras dos latifúndios atrasados e, em geral, as terras incultas adequadas à produção, entre os camponeses sem terra ou com pouca terra; formação de fazendas coletivas nos latifúndios que constituem unidades econômicas e atingem alta produtividade; criação de cooperativas.

424
12/11/58
12/11/58

- Reconstrução econômica do país, mediante o controle pelo Estado Popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia; incrementar a produção industrial e agrícola, ampliar o setor público e elevar o padrão de vida ao povo trabalhador.

- Reforma radical e ampliação do sistema educacional, no sentido de extender a educação e a cultura às grandes massas do povo.

- Garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas-trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos do poder e seu controle.

- Política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre países, na defesa da soberania nacional e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariedade irrestrita às revoluções populares da América Latina.

O Partido deverá manter a sua independência dentro da FREP - Frente Revolucionária Popular, defendendo constantemente as posições consequentes e não aceitando as posições majoritárias, quando se trata de posições de princípios.

A FREP é uma organização de vanguarda e a construção dos seus núcleos deve ser feita a partir do trabalho entre as massas, recrutando os elementos - mais avançados que aceitem o programa da Revolução Popular.

A organização da FREP não exclui as alianças táticas com as organizações revolucionárias existentes. Apenas, tais alianças não representam a frente - de classes, devido à falta de influência de massa que caracteriza as organizações revolucionárias no Brasil. A unidade das organizações revolucionárias é uma das tarefas importantes da revolução, mas a organização da frente revolucionária popular terá que ser feita a partir das massas e não a partir da unidade das organizações. E este será o principal fator de estímulo e unidade constante dos revolucionários brasileiros, em torno do programa da revolução popular e não só do encaminhamento de questões imediatas.

Do Vale do Jacupiranga ao vale da Ribeira

Handwritten notes and signatures:
ZMA
Christofoletti
427
294
21/07

Delatada por Massafumi e Lungaretti, a área de treinamento da guerrilha da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR - sofreu o ataque das forças armadas a partir de 21 de abril, enquanto os agentes do DOPS e OBAN já estavam em Jacupiranga desde o dia 19.

Dividi-mo-nos em dois grupos para evacuação da área; um dos grupos acompanhou os movimentos das tropas do exército de 14,45 horas do dia 21 até às 17 horas do dia 22, quando iniciou a marcha para o vale da Ribeira.

As forças armadas atacou com helicópteros, aviões caças e bombardeiros, tropas à pé e motorizada, patrulhas fluviais, além de agentes à paisana, num total de cerca de 20 mil homens.

Antes de iniciarmos a marcha, perdemos dois companheiros que caíram na emboscada, quando iam ocupar um posto de observação - eram os combatentes Darcy Rodrigues e José Iavacchia, que sofreram as mais vis torturas em Registro e em São Paulo.

Diante da incapacidade das forças armadas, lenta e tranquilamente atravessamos a serra e atingimos o vale da Ribeira, na localidade de nome Barra do Areado, onde o rio deste nome encontra o rio Batatais que é afluente do rio Ribeira. Era 8 de maio quando chegamos, ali deixamos os equipamentos e vestimos roupas comuns - conservamos apenas o armamento e a munição. Alugamos um caminhão para nos transportar a Eldorado Paulista.

Chegamos a Eldorado às 19 horas do dia 8 de maio. Ali existia um bloqueio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que atacamos, derrubando cerca de 6 policiais e pondo a correr os demais - tudo presenciado pela população local. Os mortos naquele combate não tiveram seus nomes anunciados na imprensa, nem houve exploração sentimental nos seus enterros - as forças armadas consideraram aquela derrota uma vergonha que não podia ser declarada.

Tomamos rumo a Sete Barras, esperávamos o encontro com as forças represoras no caminho. Isto se deu às 21 horas, o pelotão inimigo era composto de 17 homens (1 tenente, 2 sargentos, 2 cabos e 12 soldados). Eramos 7 num caminhão. O inimigo vinha com uma caminhonete e uma viatura militar. Deu-se um combate de encontro, e não uma emboscada; num rápido envolvimento cercamos o inimigo. Houve um tiroteio intenso; nos seus intervalos os gritos dos inimigos feridos prenunciavam a derrota eminente. Após cinco minutos exigimos a rendição, que foi aceita incontinenti, sem exigências. O herói que querem fazer do tenente Mendes, não existiu - para restabelecer a verdade, só um inimigo avançou, foi o sargento Lino, que caiu ferido com três tiros, e só um soldado fugiu para Sete Barras.

Nós, revolucionários, cuidamos dos feridos, explicamos a nossa luta aos soldados, expropriadamos três metralhadoras, um fuzil e munição.

Decidimos libertar os prisioneiros sob a condição de ser levantado o bloqueio. Conduzimos o tenente Mendes e os feridos até junto à tropa que bloqueava Sete Barras. O tenente Mendes declarou que estava suspenso o bloqueio. Libertamos os prisioneiros e conduzimos conosco o tenente na direção de Sete Barras. Ali constatamos que o bloqueio não havia sido levantado - havia uma emboscada. Desbordamos a emboscada - o inimigo percebeu e, utilizando-se dos faróis de suas viaturas, tentava nos localizar no matagal, e executava milhares de tiros a esmo. Naquela ocasião, a tropa inimiga que vinha pela estrada, na mesma direção que vínhamos antes, caiu na emboscada que havia sido montada para nós.

428
378
H. S. 22

Enquanto isto, nos afastamos, conduzindo o tenente prêso. Ali os companheiros José Nóbrega e Edmauro Guerra se perderam na escuridão; foram presos dias depois e selvagemmente torturados. Marchamos dois dias e duas noites sem dormir, tenente não aguentava mais andar, por isso paramos (dia 10 de maio). Fizemos várias perguntas ao tenente; êle considerava a derrota como culpa dos soldados que usavam a farda como meio de vida, que não tinham amor à farda - sobre o seu procedimento no tempo em que serviu no Presídio Tiradentes, declarou que os prêsos não são gente - sobre a emboscada que montara, quebrando a palavra empenhada, dizia-se traído pelos seus superiores - perguntado por que a Polícia Militar espancava operários e massacrava operários na greve de Osasco, respondeu que grevistas e desempregados são vagabundos, e não respondeu quando perguntamos sobre a miséria que tinha visto no campo, e particularmente no nordeste.

Foi julgado e condenado por ser um repressor consciente, que odiava a classe operária - por ter conduzido à luta seus subordinados que não tinham consciência do que faziam, iludidos em seu idealismo de jovens, utilizados como instrumento de opressão contra o seu próprio povo, iludindo os jovens, ensinando-os a amar a farda, quando deveriam amar o povo - por ter rompido com a palavra empenhada em presença de seus subordinados - por ter tentado denunciar a nossa posição.

A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximo ao inimigo, dentro de um círculo que pode ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O tenente Mendes foi condenado a morrer à coronhada de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado. Não sofreu qualquer violência ou ameaça antes do justicamento, nem teve as mãos amarradas.

Depois de ser prêso em São Paulo e ser violentamente torturado durante 15 dias, o companheiro Ariston - filho de Antonio Raimundo Lucena - conduziu a Polícia Militar ao local do justicamento. Consta que Ariston esteja aleijado, e ao mesmo tempo em que a repressão fazia o entêrro do tenente, torturava Ariston.

Do dia 10 ao dia 18 de maio controlamos os deslocamentos da tropa que vasculhava a região de Areado (próximo a Sete Barras). Assistimos os roubos que a tropa fazia nas plantações, e as humilhações por que passavam os trabalhadores da região.

Continuamos a marcha no dia 19, driblando facilmente as tropas do exército, que demonstrou capacidade, apenas, de aterrorizar a população. No dia 22 de maio o exército aprisionou dois camponeses, que foram fazer compras para nós torturou-os e matou-os, e para justificar êstes crimes, passaram com uma viatura sobre os cadáveres mutilados, para dar a impressão de que tinham sido acidentalmente atropelados.

Temendo que a população nos apoiasse, passaram a bombardear e queimar - com napalm grandes regiões, aterrorizando assim a população que passou a abandonar a área. Vôos rasantes eram executados sobre as misérrimas choupanas, e o matraquear das metralhadoras era constante. Afastamo-nos da região, evitando o combate, para a população não sofrer represálias.

Ultrapassamos os diversos cárceres até o dia 29, no dia 31 montamos uma emboscada e aprisionamos um sargento, e 4 soldados do exército, que se deslocavam numa viatura. Vestimos os seus uniformes e nos deslocamos com a viatura militar para São Miguel Arcanjo, onde havia um bloqueio que foi ultrapassado. Chegamos a São Paulo, sem dificuldades, às 21 horas, abandonamos os militares amarrados dentro da viatura.

As forças armadas têm à sua disposição toda a imprensa que é dominada pelos americanos, e mentem diariamente para enganar o povo. Falam em segurança, mas não conseguem fazer a própria segurança - já mataram 18 pessoas que passavam

[Handwritten marks: a scribble on the left, and '429', 'João Cabral de Melo', and '23' on the right]

em frente aos seus quartéis. Falam na Pátria e a entregam aos americanos. Conduzem para a luta os soldados, iludidos nosos jovens filhos de trabalhadores, fazendo-os da escudo dos oficiais conscientes traidores da Pátria e inimigos da classe operária. Fazem propaganda, enquanto gastam 40% da renda nacional, e enriquecem com o sofrimento do povo.

Em nossa Pátria os parasitas é que têm valor; um policial ganha cinco vezes mais que um operário, um cabo das forças armadas ganha três vezes mais que uma professora, um oficial inepto ganha mais que um médico, qualquer general idiota caduco ganha mais que um cientista - a injustiça impera em nossa Pátria.

Sómente pela luta armada modificaremos isto, fazendo com que as fábricas sejam dirigidas pelos operários, que a produção da lavoura seja de quem trabalha na terra e não aos donos de títulos de propriedades.

Iniciamos o processo de união das organizações revolucionárias, e a união com o povo também está em marcha. Com o povo faremos a revolução que oiará o Brasil justo.

OUSAR LUTAR - OUSAR VENCER

VPR

setembro de 1970

[Handwritten mark: a scribble on the right]

430
Xca
Guararapes
1638
17

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL

A definição de uma tática para o encaminhamento de nossa estratégia exige uma análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, observando-se as suas fases e indicando-se na conjuntura atual, os seus pontos fracos do sistema que serviram de base à nossa política de concentração.

Três fases, analisadas globalmente, marcam o nosso desenvolvimento capitalista: 1)- das origens até 1930; 2)- de 30 a 64; 3)- de 64 aos nossos dias.

As origens:

Antes de 1930, a produção brasileira era predominantemente agrícola, voltada para o comércio exterior (café, açúcar, algodão, etc..)

Havia uma reduzida indústria, pouco significativa no conjunto da economia, localizada basicamente no eixo Rio-S. Paulo, produzindo bens de consumo (tecidos, calçados, produtos alimentares, móveis, etc.). Esta incipiente indústria nacional, teve um impulso nos fins do século XIX, com a abolição da escravatura, porque o desenvolvimento da cultura do café em S. Paulo, já realizada com trabalho assalariado, permitiu a formação de um pequeno mercado interno; após o fim da primeira Guerra Mundial, esta indústria teve um crescimento extraordinário, ao ponto de atender quase todo o mercado interno dos bens que produzia. Ao lado deste nascente parque industrial, predominava nas outras áreas do país, uma atividade essencialmente agrícola, baseada no fornecimento de matérias-primas e alimentos para os países capitalistas avançados da Europa e América do Norte (particularmente a Inglaterra, neste período). Por outro lado, estes países (tendo ainda a Inglaterra como principal) exportavam para o Brasil uma série de produtos industrializados que não eram produzidos aqui.

Este era o esquema clássico de dominação imperialista: controle do comércio exterior e da infra-estrutura de apoio a esse comércio (ferrovia, armazéns, portos, serviços de utilidade como gás, eletricidade, etc.).

Neste período, a aliança básica do imperialismo era com o setor latifundiário-exportador que controlava o aparelho de estado e possuía elevada autonomia regional, "coronelista".

Dois fatores, no plano internacional, vão contribuir para modificar esta situação: a perda da supremacia da Inglaterra, com o surgimento, após a Primeira Guerra Mundial, dos Estados Unidos, como a maior potência imperialista e a crise que começava a se esboçar no mundo capitalista e que teria o seu auge a partir dos anos 29/30.

Em 29, houve uma queda na atividade da economia norte-americana e uma consequente diminuição violenta no seu comércio exterior; as importações que eram de 4.400 milhões de dólares em 29, desceram a 1.323 milhões de dólares em 1933. Como a maior parte destas importações era de matérias-primas, o reflexo desta baixa foi o desmoronamento dos preços destes produtos, afetando a economia dos países sub-desenvolvidos. Em consequência, as exportações norte-americanas, caíram de 5.240 milhões de dólares em 29 para 1.610 milhões de dólares em 1933, o que determinou uma enorme contração no mercado internacional.

431
José de Castro
f. 24
O reflexo da crise no Brasil, pode ser visto através dos seguintes dados: na década de 20, a exportação era de cerca de 8,3 milhões de toneladas de café; na década de 30, o volume foi de cerca de 8,8 milhões; mas enquanto no primeiro caso o valor das exportações totais - das quais o café era o maior volume - foi de cerca de 806 milhões de libras-ouro, no segundo foi de cerca de 377 milhões, isto é, menos da metade.

A crise veio quebrar todo o esquema de relacionamento comercial entre os países capitalistas avançados (exportadores de produtos industrializados) e os países atrasados (exportadores de matérias-primas). Ora, sendo o mundo sub-desenvolvido um reflexo do mundo desenvolvido, onde na verdade se encontra o centro das decisões, a crise de 29 levou a uma retração violenta na economia de todos os países atrasados. Aqueles que já possuíam um mercado interno de dimensões razoáveis, reagiram à crise transferindo capitais do setor exportador - cujos lucros ficaram extremamente reduzidos - para a indústria, cobrindo assim a falta de capacidade para importar. O Brasil, baseado no mercado consumidor do centro-sul, a região da economia cafeeira, teve condições, a partir dos anos 30, de transferir capitais para o setor manufatureiro iniciar, assim, o seu processo de substituição de importações.

De 30 a 64, a mudança da estratégia do imperialismo

Os países sub-desenvolvidos, diante da diminuição da sua capacidade de importar, para saírem da crise, precisavam produzir por si mesmos os bens essenciais de que careciam. O imperialismo americano - já então predominando sobre o inglês (que se mantinha ligado aos setores tradicionais) - iniciou uma penetração de capital (financeiro e tecnológico) nesses países. Os investimentos nesses países davam muito maior lucro, devido a matéria-prima e a mão-de-obra serem muito mais baratas que na matriz e a competição no mercado interno ser muito menor. Tudo isto veio acarretar grandes lucros, que foram em parte transferidos para as matrizes e em parte reinvestidos, o que aumentou gradativamente a penetração no sistema econômico.

No Brasil, a restrição nas importações, após a revolução de 30, levou o Estado a estimular a industrialização, direta ou indiretamente. O governo comprava e estocava os excedentes de café, para impedir que seu preço caísse mais ainda no mercado internacional. Com isso era garantido ao setor exportador - o mais poderoso da economia - uma renda que, embora fosse inferior à da década de 20, garantia a existência de um mercado interno capaz de adquirir bens de consumo. Por outro lado, uma série de investimentos que, normalmente seriam realizados na produção agrícola, foram canalizados para a indústria. Inicialmente, desenvolvem-se as indústrias de bens de consumo (textéis alimentícias, artigos de higiene, farmacêutica, metalúrgica, indústria leve em geral), que exigiam equipamentos simples; muitos desses equipamentos passaram a ser fabricados no Brasil. Em 33, a produção industrial brasileira já é 90% maior que em 25.

Apesar da canalização de investimentos para o setor industrial e do enfraquecimento econômico do setor exportador, a economia continuou, ainda, a depender deste. A produção industrial era muito reduzida no conjunto da economia para que pudesse ser rompida a dependência. Tanto o mercado para os produtos da indústria como o financiamento da infra-estrutura de apoio à industrialização, dependiam da garantia da renda do setor exportador.

Esta dependência da burguesia industrial aos capitais do setor exportador - a falta de condições econômicas e financeiras para um caminho independente da aliança com o latifúndio - impedia a realização de uma reforma agrária que impulsionasse o mercado interno e desse ao desenvolvimento capitalista

ta um caráter mais radical e auto-sustentável.

Esta fraqueza da burguesia industrial, foi a causa central da necessidade de uma composição no poder com o setor latifundiário, que mesmo minoritariamente, e apesar das tentativas de centralização do aparelho de estado, pela ditadura de Vargas, continuou a ter uma grande autonomia regional e a pesar no poder central.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo tem características diferentes do observado na Europa e nos Estados Unidos; enquanto lá a burguesia industrial realiza uma transformação radical na estrutura agrária, levando o capitalismo ao campo desde o início do processo, a fraqueza da burguesia no Brasil, leva-a a uma coexistência com o setor latifundiário; desde o início restringe-se a capacidade de expansão, mantendo-se em largo setor da economia com forças produtivas bastante atrasadas, em contraste com o setor industrial florescente; mantém-se a estrutura agrária inalterada, nenhuma transformação de vulto é realizada no campo. Saliente-se ainda, que este processo teve mais de um século de atraso, em relação aos países capitalistas avançados, e que enquanto estes não sofreram, praticamente nenhuma interferência externa, o Brasil, desde o início, sofreu a pressão do imperialismo, com uma economia já desenvolvida, uma tecnologia avançada e forte poder econômico.

No período 30/45, a burguesia industrial tem uma certa margem de negociação, devido à crise mundial do capitalismo, ao fato de o imperialismo inglês estar em franca decadência e ao agudo processo de competição entre o imperialismo americano e o alemão. Tudo isto deu uma relativa flexibilidade à burguesia industrial, elevando a sua área de negociação e permitindo um grande impulso na modificação da economia no sentido capitalista. Neste período, há um grande crescimento das indústrias de bens de consumo, (têxteis, principalmente) e a implantação da siderurgia e da fábrica Nacional de Motores.

No período da guerra, restringindo-se mais ainda as importações, a expansão industrial foi limitada por carência de equipamento. A passagem do imperialismo americano à hegemonia mundial do capitalismo, após a guerra, termina a modificação dos investimentos, que passa a ser realizados na indústria, no comércio, no sistema bancário, etc.. - e não mais no setor tradicional.

O mínimo de infra-estrutura já existente, e o incipiente mercado interno, são suficientes para a penetração do imperialismo, que exporta para o Brasil os excedentes de seus capitais industriais, tornados ociosos com o fim da guerra. Inicia-se um processo de investimentos no setor de bens de capital (máquinas e equipamentos) e na indústria de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos). A produção industrial, de 46 a 55, aumenta em 122%.

A burguesia utiliza seu predomínio no aparelho de estado, levando-o a investir nos setores necessários ao desenvolvimento, uma vez que não têm condições financeiras para isso, ou não tem interesse em tal imobilização de seus capitais, por não render lucro a curto prazo. Desenvolve-se a rede de estradas, hidro-elétricas, armazenamento, etc.. Implantam-se setores da indústria pesada que exigiam recursos de grande vulto (Petrobrás e Alcalis).

O governo de Juscelino representa o momento de maior volume de investimentos na infra-estrutura industrial e corresponde também ao momento em que o investimento imperialista passa a ser efetuado nos setores-chave da economia (indústria automobilística, química, de máquinas-ferramentas, estaleiros etc..) o que vai permitir em pouco tempo, condições para assumir o controle do processo. Os capitais estrangeiros entrados pela instrução 113 da SUREC no período 55/59 foi de cerca de 396 milhões de dólares, dos quais, os americanos foram quase 50%. Tal grande volume de capital, aplicado numa economia-

433
K.H.
F. de S. A.
F. de S. A.
F. de S. A.

débil e em processo de formação, distribuído em todos os setores (quer estivessem ocupados ou não por empresas nacionais), determinou o controle pelo imperialismo de ramos fundamentais do "nosso" parque industrial. Segundo dados do ano de 60, por exemplo, o controle da indústria automobilística já era de 90%, de cigarros 85%, eletricidade 82%, farmacêutica 70%, máquinas 70%, química 50%, etc..

Em todo este processo de desenvolvimento industrial, destacam-se as seguintes características:

a) - Não houve modificações de vulto na estrutura agrária, mas apenas uma penetração gradual e limitada do capitalismo no campo, principalmente em São Paulo, onde foram introduzidas novas técnicas de produção;

b) - Na indústria, a integração imperialista cada vez maior, à base de um alto nível tecnológico e um grande volume de capitais, limitou bastante a absorção de mão-de-obra, principalmente não-qualificada, gerando o desemprego crônico e a tendência à monopolização da economia, pois o imperialismo tinha poder econômico para absorver ou eliminar seus concorrentes.

c) - O recurso à inflação foi amplamente utilizado pela burguesia, como forma de capitalização para investimentos, na medida em que não havia condições para a infra-estrutura financeira existente, para se acumular recursos de outra forma. O governo emitia papel-moeda além do que poderia ser coberto pela arrecadação de impostos. Estas emissões eram utilizadas no financiamento das obras de infra-estrutura e na expansão do crédito à indústria. A expansão do papel-moeda aumentava a procura da economia; como a produção não era suficiente para cobrir o aumento da procura, os preços aumentavam e o mecanismo da inflação; também ajudou a industrialização na medida em que o pagamento de empréstimos era facilitado pela desvalorização da moeda (sem correção monetária) e o aumento de preços. No fim do processo, os assalariados, cujos aumentos eram sempre inferiores ao aumento geral dos preços, é que eram forçados a limitar o seu consumo, enquanto que os lucros da burguesia continuavam nível alto., sendo mantido elevado o nível de investimentos.

A partir de 61, o processo de industrialização chega a um impasse. Não é mais possível a continuação do desenvolvimento inflacionário, indefinidamente, por vários motivos:

a) - O mercado estava saturado, apesar de ter se ampliado bastante nos 30 anos anteriores, com o surgimento e o crescimento de toda uma pequena burguesia vinculada à própria industrialização. O volume de produção industrial já era superior à quantidade de pessoas que poderiam comprar, levando a que as fábricas reduzissem a sua produção.

b) - Apesar dos investimentos realizados na infra-estrutura, era necessário que ela fosse transformada de uma maneira mais profunda, para a ampliação do mercado, expandindo-se e racionalizando-se a exportação de manufaturas, ampliando-se a rede de transportes e comercialização, limitando-se e racionalizando-se os gastos em geral.

c) - A inflação não permite mais o investimento como vinha sendo utilizado até então; os índices inflacionários crescem assustadoramente; o aumento do custo de vida, em 64, chegou quase a 100%.

d) - O acirramento das lutas populares, mesmo com um conteúdo reformista começou a se tornar uma ameaça para o conjunto das classes dominantes. O aumento das reivindicações operárias, para compensar com os aumentos salariais esse processo inflacionário, gerava um círculo vicioso. A inflação aumentava para o atendimento das reivindicações, que por sua vez geravam novos aumentos de preços e mais reivindicações. Isto provocava a instabilidade nos negócios.

434
Caricadalest
Folha 2
cios, limitando o nível dos investimentos e aumentando os favores creditícios e fiscais às empresas não monopolistas, que também pressionavam politicamente.

Os setores da burguesia que utilizaram o movimento de massas como forma de negociação em nível mais alto com o imperialismo, foram bastante enfraquecidos economicamente à medida que os monopólios, pouco a pouco, assumiam o controle dos setores-chave da economia. A falta de uma alternativa própria para o desenvolvimento independente, a incapacidade de financiar esse desenvolvimento, levou este setor a um impasse. Como exemplo desta falta de alternativa, podemos observar que o Plano Trienal de Celso Furtado, tentou uma saída para o desenvolvimento independente, preconizando medidas como o arrôcho salarial, a contenção de despesas governamentais, limitação de crédito, etc. Mas os objetivos eram conciliatórios com o imperialismo, pois procurava atrair o capital estrangeiro, tentando apenas diminuir a remessa de lucros. Por outro lado, os instrumentos para a sua execução eram inadequados e tradicionais, mantendo-se praticamente a mesma estrutura do aparelho de estado. Como a sua execução só seria possível com um aparelho de estado fortalecido e altamente centralizado - meios que não existiam no governo de Jango - somente após o golpe de 64 foi possível a realização de um plano efetivo.

Os monopólios estrangeiros que vieram participar do desenvolvimento industrial brasileiro, ao contrário da burguesia nacional, tinham como principal fator de produção o capital; sua opção de desenvolvimento foi sempre a de emprêgo da tecnologia avançada disponível nos países de origem. Esta opção se choca diretamente com os interesses da indústria nativa, que não dispõe de tecnologia própria e com a própria infra-estrutura em que se baseava o desenvolvimento brasileiro. A burguesia monopolista não necessita da inflação como forma de aumento de seus lucros. A inflação descontrolada impede o planejamento a médio e longo prazo e consequentemente dificulta a aplicação de capitais. O aumento da tecnologia empregada só pode se verificar numa economia razoavelmente estabilizada, com níveis de inflação controlados, onde se possa planejar a longo prazo o emprêgo da tecnologia. Por outro lado, aos monopólios interessa a utilização do estado como instrumento controlador da economia e a serviço de sua estratégia. Os monopólios não necessitam que o estado invista nos setores econômicos básicos, pois tem condições para isto. Pelo contrário, eles necessitam que o estado planeje a economia e a cria condições para serem feitas as inversões nesses setores. Precisam assim do estado como corpo administrativo e político, eficaz, sem partes ociosas e deficitárias, e que, através de rígido controle político, estabeleça uma situação de estabilidade política e social capaz de permitir a planificação dos lucros a médio e longo prazo.

Quanto ao setor agrícola, os monopólios imperialistas também têm necessidade de sua modernização e desenvolvimento a fim de ampliar o mercado interno, criando uma classe média rural, diminuir os preços dos produtos agrícolas, aumentar a oferta de matérias-primas, etc.; mas, conta com maiores alternativas que a média burguesia, na medida em que pode colocar os seus produtos no mercado externo.

O GOLPE DE 64, as necessidades do imperialismo e as tentativas de solução da crise:-

O golpe de 64 permitiu à burguesia monopolista, que já detinha a hegemonia econômica, assumir o controle do estado e encaminhar a política econômica-financeira de acordo com as suas necessidades.

Após o golpe, as tentativas de retomar o desenvolvimento passaram a haver não mais através de mecanismos inflacionários e sim através da utilização de

435
medidas diretas da abertura ao capital estrangeiro (instrução 289) e da contenção do consumo - arrocho salarial, diminuição dos empréstimos à pequena e média indústria.

Com o afastamento dos outros setores, a burguesia monopolista, com um plano definido de ação, passa a modificar a infra-estrutura econômica do país visando o desenvolvimento capitalista, agora já totalmente integrado com o imperialismo. Uma série de medidas são tomadas:

- Contenção do processo inflacionário, utilizando-se o arrocho salarial, contenção de despesas de governo; transformação radical do sistema financeiro, com o corte dos subsídios, a formação do Banco Central, a restrição do crédito à pequena e média empresa; eliminação das partes parasitárias do aparelho de estado; modificação radical do sistema tributário, aumentando em muito a arrecadação.

- Abertura de novos mercados, com o incentivo às exportações de manufaturas, que se desenvolveu muito, sustentando a renda do setor industrial.

- Intensa modificação na infra-estrutura dos transportes, portos, ferrovias, armazenamento e da rede de comercialização.

- Estímulo ao processo de concentração de capital, provocando uma grande absorção de médias indústrias pelo capital monopolista; no sistema bancário, reduzindo-se bastante o número de pequenos e médios bancos.

O predomínio econômico do imperialismo lhe garantiu vantagens que, cada vez mais, iriam fortalecer sua integração no capitalismo brasileiro. Aliadas a este predomínio, as facilidades do capital financeiro de que dispõe, numa época de escassez de créditos para as pequenas e médias empresas, provocou - diante de sua investida, todo um processo de vendas, associações, falências e concordatas das empresas brasileiras, expressando a política de concentração sob hegemonia imperialista.

A instrução 289 permitiu às empresas estrangeiras receberem dólares exterior para financiar suas vendas com as seguintes vantagens: as taxas - juros desses empréstimos eram de 7 e 8%, enquanto que as pequenas e médias - empresas brasileiras dependiam de um sistema de crédito racionado e pagavam - juros de 48%; em caso de dólar sofrer uma alta entre a contratação de empréstimo e sua liquidação, as empresas não arcavam com o prejuízo, pois o governo a cobria, emitindo bilhões de cruzeiros exclusivamente para financiar os negócios de 60 grandes empresas estrangeiras - as quais se não compravam em empresas brasileiras ou provocavam associações, aumentavam sua participação no mercado.

O relatório do Banco Central, sobre o movimento de capital em 65, indica que neste ano, foram postos à disposição das empresas estrangeiras recursos do exterior superiores em 210% aos de 64, enquanto que recursos internacionais postos à disposição do comércio e indústria - empresas nacionais e estrangeiras - foi de apenas 25%.

Toda esta torrente de capital monopolista estrangeiro, aplicado no Brasil, agravou seriamente a desnacionalização de entidades financeiras (em 65, dos 27 bancos de investimento, 17 eram de capitais estrangeiros) - e a formação de companhias de investimentos e de participação.

O processo de concentração de capital levou a que as empresas estrangeiras aumentassem seus lucros e, conseqüentemente, as remessas. O aumento dos lucros, apesar da recessão econômica que o sistema enfrentava, foi maior do que as empresas de capital estrangeiro se encontravam, sobretudo nos dinâmicos (bens de consumo duráveis, químicos, material eletrônico), enquanto que o capital nacional surge na área da indústria.

436
W
H
teim, calçados, alimentação, móveis, etc.). As indústrias dinâmicas tem seu mercado sobretudo na faixa da população de renda mais alta, enquanto que as tradicionais dependem do mercado de massa, o qual foi severamente atingido pelo archo salarial e outras medidas. Enquanto isso, as classes altas não perderam seu poder aquisitivo, o que permitiu manter alto o volume de vendas das indústrias dinâmicas e quando houve recessões mais fortes, o governo as protegeu, como podemos ver com a isenção dada ao imposto de consumo nas vendas de automóveis. As indústrias ligadas ao consumo de massa, que estavam ligadas (integradas) ao imperialismo tiveram seus lucros assegurados mesmo na fase.

Alguns problemas sérios têm surgido no desenvolvimento proposto pela burguesia monopolista. O primeiro deles foi a própria concentração de capitais que tem levado a uma série de falências das pequenas e médias empresas e à absorção de outra parcela deste setor. Isto acarreta um aumento acentuado do desemprego, porque a modernização da indústria aguçava a demanda de mão-de-obra. Nota-se uma área de estírio nesses setores, tanto na indústria como no campo, onde o capitalismo vai introduzindo gradualmente novas forças produtivas.

Outro importante fracasso foi a política habitacional. Estimulando a construção civil, esta seria uma porta aberta para a absorção em grande escala de mão-de-obra não qualificada. No entanto, como o pagamento dos imóveis era feito à base da correção monetária, o aumento contínuo e exagerado das prestações desestimulou o mercado consumidor que tinha nas camadas médias o seu componente principal.

Apesar dos planos de reforma agrária do governo, não houve alterações de vulto na estrutura agrária. Para efetivá-los, seria necessário um volume de investimentos que torna completamente impossível a sua realização nos moldes atuais do regime capitalista brasileiro. Mas a penetração do capitalismo no campo tem sido estimulada, acentuando o desemprego e a urbanização de milhares de pessoas. A tentativa de racionalização da agricultura tem se desenvolvido com a utilização de pressões financeiras dos órgãos governamentais; só se concedem créditos aos latifundiários que se modernizam, aumentando a sua produtividade. Cada vez mais se tomam medidas contra os setores mais débeis da agricultura de exportação (o setor açucareiro, por exemplo) com o objetivo de forçar o aumento da produtividade e a liberação de terras para aumentar a produção de alimentos (lavouras e pecuária), ainda insuficiente; no setor de matérias primas voltadas para a indústria, cobrir as necessidades; aumentar o poder aquisitivo da parcela da população rural, visando aumentar o mercado interno; utilizar terras liberadas (as piores, geralmente) e regiões inexploradas (na área da transamazônica, por exemplo) para a organização de outras regiões.

Atualmente a política dos monopólios se encontra em fase de franca aplicação, disparando os entraves do ponto de vista político (exclusão do poder dos setores da burguesia nacional e do latifúndio). Podemos dividir esta política em duas perspectivas: uma política voltada para o desenvolvimento dos monopólios e uma política econômica voltada para o desenvolvimento das áreas atrasadas, cujo atraso cria uma realidade social bastante explosiva. É evidente que esta segunda perspectiva é secundária em relação à primeira. O desenvolvimento nas áreas explosivas, que visa criar condições para uma relativa estabilidade social, obedece a uma perspectiva de desenvolvimento do sistema monopolista como um todo.

Conclusões:

A curto prazo, a burguesia monopolista conseguiu aliviar os efeitos da crise, limitar bastante o processo inflacionário e com os recursos da exportação

437
Chenabadi...
A...
ção, da racionalização do aparelho do estado e da monopolização dos setores dinâmicos da economia, ampliar e redistribuir o mercado interno, permitindo a retomada do desenvolvimento industrial.

No entanto, é impossível para o sistema um desenvolvimento equilibrado, por igual, em toda a economia. As soluções propostas e utilizadas até agora, não atingem os pontos críticos e não são com paliativos, principalmente no ponto mais crítico que é a estrutura agrária.

Haverá um impasse para a burguesia, na medida em que estes paliativos - se esgotem a médio e longo prazo e as áreas de crise do sistema levarem a um agravamento das contradições sociais, pelos seguintes motivos:

- A saída para o comércio exterior é limitada; a exportação de produtos industriais leva a uma competição no mercado internacional com os países capitalistas avançados, que evidentemente, tem condições muito melhores para competir e em certos casos até restringir as suas importações, como é o caso atual dos têxteis que estão sendo vendidos no exterior a preços mais baixos que no mercado interno, visando garantir a saída para a Europa, desde que o mercado interno se feche.

- A abertura de áreas pioneiras, como a transamazônica exige um investimento nacional, que será feito com recursos que seriam utilizados normalmente para o desenvolvimento industrial. Além disso, a possibilidade destas áreas absorverem um grande número (excedente) populacional, como se pretende, é muito limitada. Não só é necessária uma infra-estrutura que não existe e não pode ser criada de imediato, como o próprio crescimento vegetativo da população e a emigração de camponeses é bem maior do que as possibilidades de absorção nelas. Desta forma, a urbanização e inchação das cidades deve continuar.

- A monopolização da economia não é um processo linear, nem absoluto. Não é toda a economia que está sendo ou será monopolizada. Uma série de setores produtivos continuam a existir independentemente dos monopólios ou em competição com eles em condições desfavoráveis. Podemos observar alguns casos como o da indústria têxtil, por exemplo, que apesar das falências, associações, etc., continua a existir um grande volume de empresas que se mantêm na faixa de mercado que não interessa aos monopólios; o que é tentado através de pressões do governo é que estes setores se modernizem, racionalizando a sua produção, o que nem sempre é possível por falta de condições financeiras. Estes setores não monopolizados, apesar de secundários do ponto de vista econômico, são muito extensos em termos de quantidade, absorvem muita mão-de-obra e por não terem muitas alternativas, continuam resistindo, entrando e criando problemas para o desenvolvimento monopolista. A concentração monopolista, por outro lado, substituindo a mão-de-obra por um alto nível de tecnologia, tenderá a aumentar o desemprego, reduzindo consequentemente o mercado interno.

- A estrutura agrária, apesar da penetração gradual de novas forças produtivas, não sofreu transformações radicais e não há condições para modificá-la, o que é reconhecido pela própria burguesia, agora com a formação do INCRA que deve se voltar para a colonização de novas terras, sem atingir a reforma agrária. Para que haja uma transformação profunda, não basta um sistema de pressões sobre os latifundiários, mas investimentos concretos e esforços tensivos de capital (máquinas, adubos, silos, armazéns, etc.), técnicos, veterinários, agrônomos, etc.), a formação de cooperativas para acabar com o minifúndio, etc.. Tudo isto exigiria um volume incalculável de investimentos - que simplesmente não existe, bem como uma forma de pressão bem mais séria sobre os latifundiários, que também é inviável no momento.

438
46

Na conjuntura atual, os elos mais fracos do sistema estão principalmen-
te no campo, nas áreas em crise, transformadas pela penetração capitalista,
principalmente em áreas atrasadas da agricultura de exportação (açúcar no
Nordeste, cacau na Bahia, etc..) ou as áreas de agricultura tradicional com-
tantemente atingidas por fenômenos naturais e sem recursos para superá-los
como as áreas de seca. Nas cidades, são os setores industriais submetidos à
pressão dos monopólios, para se modernizarem, como é o caso da indústria
textil. Nestes setores de crônico atraso, onde estão sendo introduzidas r-
vas forças produtivas, a forma de concorrência ou sobrevivência para burg-
ueses ou latifundiários é aumentar a exploração para reduzir os custos, aguçan-
do com isto a tensão social. E a massa de trabalhadores ligada a estes seto-
res é bastante numerosa e potencialmente explosiva.

A determinação dos elos fracos dos capitalismos é um dos aspectos bási-
cos da teoria leninista, pois eles representam os pontos onde as classes-
dominantes podem ser atingidas de forma mais contundente. No nosso caso, es-
tes pontos não são os setores dinâmicos da economia, mas onde é maior o po-
tencial de organização da massa em determinadas conjunturas, ainda as reper-
cussões dos movimentos de massa e da organização vão ser maiores no conjun-
to do sistema. É nesse sentido que devem ser encaminhadas as análises econô-
mico-sociais, visando a prática política, com a determinação dos pontos de
concentração do trabalho do Partido. As análises puramente estratégicas li-
gam-se unicamente às tendências mais gerais do processo e não contribuem pa-
ra as definições táticas. É importante não se perder de vista que a burgue-
sia tem condições de solucionar crises parciais, conjunturais, particularmen-
te quando o movimento revolucionário ainda é fraco. A prática política do
Partido em cada região deve ser encaminhada a partir da concentração
dos elos fracos, com o aprofundamento e o detalhamento da concentração defini-
da racionalmente.

O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO; MASSISMO E MILITARISMO

MASSISMO:

O reformismo, forças hegemônicas das esquerdas até o golpe de 64, passou a ser contestado, não apenas internamente, nas fileiras do PCB, mas também com a saída de sua órbita das organizações que iam a seu reboque e com a formação de novas organizações revolucionárias. Isto fortaleceu a frente única revolucionária.

O início da luta anti-reformista se deu com a negação da possibilidade de transição pacífica e a afirmação da necessidade da luta armada para a tomada do poder. Ao mesmo tempo, a influência do reformismo sobre o conjunto do movimento revolucionário, após o golpe, ia-se reduzindo mais e mais, devido às posições práticas que eles assumia na nova conjuntura - apegado ao mesmo elitismo, ao pacifismo, ao legalismo, vinculado ao liberalismo burguês, e cada vez mais se afogando nele. Em função da composição social predominantemente pequeno-burguês e urbana das esquerdas e da ausência de uma prática anterior - não-reformista, a luta contra o reformismo, nos primeiros anos posteriores ao golpe, caracterizou-se pelo surgimento e divulgação de posições revolucionárias, limitadas ao plano teórico. Verificou-se o fracionamento das esquerdas - cisões, unificações, novas cisões, aparecimento de dezenas de grupos atomizados que proclamavam posições as mais diversas e não comprovadas pela prática.

O movimento de massas, que tinha estancado por completo, após o golpe, começou a se desenvolver novamente a partir de 66, atingindo seu clímax no ano de 68. Este ascenso foi limitado ao movimento estudantil, sendo esta uma das suas debilidades. Mesmo assim, foi um grande avanço, pelos seguintes motivos: as forças revolucionárias que estavam à frente (sua) surgiram da negação das perspectivas e da prática reformistas; colocava-se abertamente a contestação à ditadura e a perspectiva da luta armada; as formas de luta e organização ilegais foram amplamente utilizadas; houve grande participação da massa nos choques de rua. Vejamos alguns exemplos; boicotes e banalização da legislação baseada na Lei Suplicy e do Decreto Aragão, no movimento estudantil; experiências operárias sob novas formas - greve de Osasco e Minas, organizadas a partir das empresas, por cima das direções sindicais e violentando a legislação proibitiva vigente, com a ocupação de fábricas e prisão de diretores; escompartamento do demagogo Abreu Sodré, com o boicote à manifestação de 1º de maio - promovida por ele, juntamente com os pelegos e os reformistas - ocasião em que se realizou a tomada e a queima do palanque e um comício de protesto, pelas forças revolucionárias; mobilização dos operários do Rio Grande do Sul; despertar de uma consciência de união popular, demonstrada nas sucessivas manifestações de rua, nas principais capitais e que teve sua expressão máxima na passeata dos cem mil na Guanabara; o fato de outros setores da população engrossarem as fileiras das manifestações estudantis, participando das lutas violentas contra as forças da repressão; alargamento da solidariedade ao movimento estudantil, em setores pequeno-burgueses, como é o caso dos "Comitês de País", que apesar do seu cunho sentimental e das suas limitações políticas, revelam a ampliação da luta contra a ditadura; integração de setores intelectuais na luta contra a ditadura (luta contra a censura) e inclusive sua participação em manifestações de rua, junto ao movimento estudantil; ampliação da frente revolucionária popular, com o surgimento de setores revolucionários do clero que baseiam sua ação na aceitação da justa violência das massas e na inevitabilidade do caminho armado.

4409
Stachkidebest
f.l.s. 2

A negação do reformismo, feita até 66 no plano teórico, na crítica -
das concepções estratégicas mais gerais, passou a ser levada à prática, ligada -
ao ascenso do movimento de massas. Mas ainda persistiam as suas influências, -
notadamente no terreno da organização - da massa e da vanguarda;

a)- Espontaneísmo na preparação dos confrontos violentos com a repre-
são - a vanguarda ao nível da massa, despreparada, improvisando.

b)- Não organização ilegal das parcelas avançadas da massa em cada -
local de estudo. O desenvolvimento das ações de massa ia levando, cada vez ma-
is à substituição do fator organização e os setores avançados eram dispersados
no conjunto; dependência à estrutura dos diretórios, às assembleias gerais, às
ações de rua; substituição por completo de uma estrutura clandestina funcion-
do ordinariamente. O grosso do trabalho dependendo muito da legalidade vigente,
sem que representasse uma organização real da vanguarda e das parcelas avança-
das da massa.

c)- Organizações que dirigiam as lutas sem rígidos esquemas próprios,
dissolvidas no meio da massa, como prolongamentos mais avançados do movimento-
espontâneo, mas não como vanguarda de fato, ligados à massa mas sem se confun-
dir com ela.

d)- Substituição da formação de frentes militares e do desencadeamen-
to de ações de vanguarda. Algumas organizações formaram frentes militares, mas
sem a devida valorização, outras nem sequer se preocuparam com isso.

e)- No movimento estudantil, cupulismo ilegal, ao se pretender for-
mar entidades de massa de cima para baixo, ou se substituir a necessidade de
fortalecer a organização localizada, por se possuir entidades nacionais e es-
taduais com prestígio entre os estudantes, dirigidas por líderes de massa; fa-
zer funcionar na ilegalidade as antigas organizações de massa, mas não atentar
para a necessidade de ligá-las às massas, encaminhá-las, como se o mínimo sin-
ples funcionamento ilegal fosse suficiente, conservando-se a tendência cupu-
lista, passando-se do cupulismo legal ao cupulismo ilegal.

Tudo isso levou a que, com o aguçamento da repressão, a partir de
AI-5, as organizações que dirigiam o movimento de massas não tivessem condições
de recuar ordenadamente, não mantivessem um mínimo de raízes entre as massas, -
nem um mínimo de organização das suas parcelas avançadas. O AI-5 surpreendeu -
totalmente as lideranças de massa e as organizações que dirigiam o movimento -
de massas, de uma forma muito parecida com a situação posterior à implantação
da ditadura em 64. Ficou demonstrado que, apesar de já ter havido uma rutura -
programática com o reformismo, as organizações ainda sofriam as suas influências
ideológicas e as influências dos métodos cupulistas, espontaneístas, imedia-
tistas. Houve a ruptura na utilização da violência e boicote à legalidade vi-
gente, mas houve a influência, ainda, no cupulismo, na incapacidade de encaixa-
mento da organização ilegal, no espontaneísmo na utilização da violência, na
incapacidade de encaminhar um dia-a-dia consequente, preparatório das atuações
nos momentos de crise, uma incapacidade de se capitalizar os efeitos de uma
crise que havia culminado - isto no relacionamento da vanguarda com a massa. -
A organização específica da vanguarda, predominaram os critérios liberais de
militância, a conciliação com o liberalismo, a substituição com a segurança, a
contradição entre agitação e organização.

Como uma reação deformada ao espontaneísmo massista, surgiu no movi-
mento estudantil o desvio inverso; as tentativas, já nos fins do ascenso, de
dar ao movimento de massas um funcionamento excessivamente rígido e militariza-
do, semelhante ao funcionamento da vanguarda. Essa tendência militarista tinha
um conteúdo burocrático porque o problema não era se manter a espontaneidade -
de massas, mas preparar as suas parcelas mais avançadas e a vanguarda.

441/ *[Handwritten signatures]*

Tudo isso demonstra que a ruptura com o PCB, ao se negar a sua linha política e ao não se aceitar como organização não significavam ainda, a ruptura completa com o reformismo como corrente político-ideológica, mas apenas o primeiro e mais importante passo para a elaboração de uma teoria depurada e o encaminhamento de uma prática sem influências reformistas. Em determinado momento, o PCB já não comandava coisa nenhuma, já não tinha força de massa, sua orientação programática e tática já não era aceita e as organizações que encaminhavam o movimento de massas já haviam rompido com ele; mas manifestavam-se as influências reformistas, anarco-sindicalistas, espontaneístas, praticistas. É preciso salientar, porém, que se os desvios reformistas manifestados na prática das organizações no período de ascenso constituíam preponderantemente resquícios de Partidão, todos os desvios reformistas não podem ter a sua origem explicada por isso. O Partidão, por ter sido o baluarte do reformismo no Brasil, notadamente de 45 a 64, desenvolveu e refinou esta tendência, estando ligadas particularmente às suas teorizações e à sua prática muitas das manifestações observadas no ascenso, e que se pode dizer com segurança, devido ao fato de muitas organizações terem sido originadas de cisões no seu interior. Mas - não tudo que é reformismo é resquício do Partidão. O reformismo sempre tem um representante mínimo, mas não se deve esquecer as suas raízes teóricas e de classe; não se deve esquecer que o baixo nível teórico, a inexperiência, a predominância ideológica da ideologia da classe dominante, a existência social da pequena burguesia e das organizações pequenas-burguesas - tudo isso, independentemente dos resquícios reformistas do Partidão, tem a capacidade de gerar reformismo. Estas são as bases do reformismo, que serviram de fundamento ao Partidão e continuarão a influenciar o processo revolucionário, independentemente dele. Unilateralizar a luta contra o reformismo no simples combate aos resquícios do Partidão, pode ser mais simples e mais fácil, mas trás o ónus de se fechar os olhos às outras variantes do reformismo. A luta contra o reformismo é muito mais ampla, devendo ser travada contra as tendências do passado e as que vão nascendo. O reformismo é uma expressão social e não apenas uma escola político-literária, ou uma segregação deste ou daquele partido.

Pensar que se está imune ao reformismo pelo simples fato de já ter rompido organicamente com o PCB, ou que todo reformismo é resquício do PCB, - colocar o movimento revolucionário sob a influência de tais resquícios ou o fazer, apenas, trocar a variante velha pela nova e viver eternamente fazendo a teoria de desvios reformistas.

Como manifestações do reformismo na conjuntura atual, podemos observar o seguinte:

- A tentativa reformista de capitalizar a falácia do militarismo, - fazendo uma crítica negativista ao desenvolvimento da prática armada que esconde a não-aceitação das ações armadas da vanguarda e a substituição pela montagem da estrutura militar. Defendem a luta de massas em geral. Colocam-se como os pais da luta de massas, mas se mantêm agarrados aos mesmos desvios massistas.

- Uns, são legalistas puros e simplesmente, reduzindo todo o trabalho ao legal e consentido, adaptando-se gradativamente à estrutura cada vez mais estreita dos sindicatos, etc.; recusam a organização ilegal das parcelas avançadas.

- Outros, aceitam a organização ilegal, mas tem pavor às ações de vanguarda, à agit-prop. e não aceitam a prática armada da vanguarda.

Atualmente, a conjuntura não é favorável ao desvio reformista sob a forma de massismo. Mas os fundamentos sociais do reformismo não desapareceram (a pequena - burguesia em geral, o movimento estudantil, a intelectualidade) e a sua crítica foi incompleta. A conjuntura desfavorável impede o predomínio -

assistista, o ascenso. Mas as influências político-ideológicas do reformismo puro, dos resquícios do PCB e das novas tendências reformistas, são suficientes para entravar o trabalho de reorganização e reconstrução do movimento de massas dentro de uma nova orientação. Por isso deve-se travar uma luta implacável contra todas as tendências reformistas - descaradas ou encobertas, fortes e frágeis.

O MOVIMENTO DE MASSAS ANTES E DEPOIS DE 64 E A ORGANIZAÇÃO DOS ATIVISTAS E DA VANGUARDA;

No Brasil, antes de 64, a liberdade de atuação permitia que a organização do movimento de massas num local se fizesse de maneira muito simples. Possuía-se um ou outro elemento disposto, facilmente se tinha contacto com a grande massa. E apesar das lideranças se apoiarem nos elementos avançados, para distribuir o trabalho, não se organizava separadamente, davam-lhe o mesmo tratamento que à grande massa. No movimento estudantil, quando se possuía um bom agitador numa colégio ou faculdade, podia-se "incendiar o prédio"; andava-se de sala em sala e se mobilizava maciçamente. As faculdades legais permitiam os avanços imediatos. A vanguarda, na medida em que o seu contacto com a massa era mais direto, objetivamente dependia menos dos ativistas - e os substituíam.

Depois de 64, a falta de liberdade de atuação levou a que a organização do movimento de massas num local se dificultasse. O trabalho passou a depender muito mais da rede de elementos avançados. Para se mobilizar a massa, precisava-se, anteriormente, deitar raízes no seu interior - era insuficiente, agora, a simples (ou apressada) caminhada. O trabalho individualizado, à base dos líderes, não funcionava mais, primeiro porque muitos desses líderes não podiam funcionar, estavam na clandestinidade, presos ou haviam desertado - e era preciso se formar novos líderes, a partir dos ativistas. Segundo, porque as condições repressivas não permitiam mais a fácil mobilização maciça. Tudo dificultava os avanços imediatos, a vanguarda na medida que o seu contacto com a grande massa era menos direto, objetivamente dependia mais dos ativistas - e passou a se apoiar nêles para reentrar no processo. Esse trabalho entre as parcelas avançadas, sempre constitui o primeiro passo para a reorganização do movimento de massas. Pode haver um prazo longo, até que existam condições mínimas para se influenciar a grande massa. Tivemos o exemplo disso, depois de 64, quando, mais ou menos até 66, predominou o trabalho de ligações, de círculos, de organização das parcelas avançadas - dos ativistas.

Efetivamente, a partir de 64, o trabalho das organizações de vanguarda passou a se apoiar mais nos círculos de ativistas. Como exemplo disso temos as entidades ilegalizadas, os grupos de trabalho, as comissões específicas, os grupos de autodefesa, as mini-passeatas, etc. Mas o que se verificou foi o caráter espontâneo das relações da vanguarda com os setores avançados, no dia-a-dia do movimento de massas. A organização das parcelas avançadas limitou-se à realização de tarefas imediatas. No movimento estudantil, limitou-se a diferenciação entre as parcelas avançadas e a grande massa, às simples organizações momentâneas. A única exceção foi o Calabouço. Porém, mesmo aí, predominou, ainda, no dia-a-dia a tendência semi-legalista. Nos colégios e faculdades, o trabalho dependia fundamentalmente, dos diretórios e do contato direto vanguarda-massa, à base do caudilhismo dos líderes. Os grupos de trabalho não se enraizaram nas salas de aula. No movimento operário, a greve de Osasco foi a expressão mais elevada do trabalho paciente e sistemático de mobilização das parcelas avançadas da massa. Mas mesmo no caso de Osasco, notou-se ainda, a influência imediatista, a falta de clareza sobre a organização constante das parcelas avançadas sob regime militarista, a identificação do Comitê de Empresa com as comissões momentâneas.

443
43
AC-28
497

As experiências do movimento de massas, antes e depois de 64, nos permitem tirar as seguintes conclusões:

- Enquanto a burguesia no poder for a força determinante no processo político, enquanto as forças revolucionárias ainda não estiverem preparadas para tomar o poder - mesmo quando já exista a luta armada e até formações do exército - são inevitáveis os recuos, por ocasião das grandes investidas repressivas nas áreas do eixo estratégico (cidades, regiões litorâneas ou situadas no entrocamento de estradas, zonas densamente povoadas onde se localizam os centros de produção e o aparelho burocrático-militar do inimigo), as fases repressivas correspondem a grande dificuldades no trabalho de massas.

- Não é inevitável a desorganização total do movimento de massas, nas fases do endurecimento repressivo, o recuo desordenado, anárquico, a fuga desavida, a destruição completa de tudo para a completa reconstrução depois, a perda de contato com os elementos avançados e a desarticulação completa das organizações de vanguarda.

Os recuos desordenados, com a quebra total das ligações com as parcelas avançadas, a quebra do trabalho destas, a quase destruição de organizações de vanguarda no movimento de massas, expressam a predominância no processo revolucionário de tendências anti-marxistas e desviadas, imediatistas, que, no aspecto orgânico, manifestam-se do seguinte modo:

- Frouxidão nos critérios de militância, na segurança e nos métodos de trabalho da organização, que lhe fazem se diluir no grupo de ativistas, inchar à base de recrutamentos não qualitativos e perder gradativamente as características da organização de vanguarda - que deve saber distribuir o trabalho com o grupo de ativistas e se ligar intimamente a eles, mas distinguindo-se, sem descer ao seu nível, sem nivelar por baixo.

- Tratamento igualitário entre os ativistas e a grande massa, mas na vez nivelando por baixo, não sabendo distinguir a grande massa dos seus elementos avançados - mais intimamente ligados às organizações e sendo o seu esforço mais próximo.

Em síntese, visão espontaneísta, amargo-sindicalista, total, absoluto e gradativo nivelamento por baixo; a organização de vanguarda se diluindo no grupo de ativistas, o grupo de ativistas se diluindo na grande massa - e a repressão colhendo a todos de surpresa, impondo recuos desmoralizantes, colocando organizações, ativistas e massa, sempre na condição de coelhos assustados, correndo desordenadamente para salvar a pele.

O REFORMISMO TRADICIONAL E A OPOSIÇÃO BURGUESA:

Mesmo depois do golpe de 64, o reformismo tradicional manteve-se coerente, na sua política de alianças sem princípios com a oposição burguesa, pregando o "protesto por meio do voto, sufragando o MDB", e a participação na "Frente Ampla", com esperanças oportunistas e patéticas no "processo de redemocratização". Mas o reformismo não conseguiu capitalizar, devido à existência da nova direção que canalizava o movimento de massas para o boicote à legalidade vigente e os choques violentos com a repressão. Outro fator foi o desencanto das massas com a oposição burguesa e o eleitoralismo.

A "euforia civilista", quando a Câmara negou a licença para processar o ex-deputado Márcio Moreira Alves, as ilusões no "processo de redemocratização" atingiram o zênite. Editoriais da imprensa burguesa chegaram a considerar o caso encerrado. Mas foi uma alegria momentânea. No outro dia, com a edição de AI-5, impunha-se a todos os liberalóides a objetividade do processo de militarização. Por todos estes motivos, tornou-se evidente que os velhos esquemas democra-

444
1977
1/29/50

tico-burgueses, carismáticos, eleitores, e cupulistas - do MDB à Frente Ampla - estavam completamente falidos, nas condições do regime militarista. Esta ev-
dência também foi sentida por setores democrático-liberais e populistas da buro-
cracia e do reformismo tradicional. Mesmo antes do AI-5, quando ainda eram gran-
des as suas ilusões no eleitoralismo, eles já se aproximavam dos "setores nacio-
nalistas" das forças armadas, cujo representante mais destacado é o facista AI
buarque Lima.

Atualmente, o reformismo tradicional dedica parte do seu reboquismo -
a os representantes dos bagaço liberal-burguês e procura também influenciar os
órgãos que realmente exercem o poder: as forças armadas. Esta duplicidade leva-
a uma luta interna nas suas fileiras: a ala "quadrada", ainda está presa ao li-
beralismo burguês, a "ala avançada", aproxima-se gritantemente dos nacionalistas
facistas das forças armadas e do pretense "setor nacionalista" da ditadura.

Isolado pelas forças revolucionárias e a reboque da burguesia, o refor-
mismo tradicional oscila entre a ala eleitoralista e a ala nacionalista facista
e golpista (só assim eles aceitam a luta armada), distilando um nacionalismo -
emplicante e se aproximando mais e mais da traição e do colaboracionismo. Este-
reboquismo gradativo é uma característica universal do reformismo. Na Itália, -
os reformistas defendem "democraticamente" o desarmamento da polícia a fim de
eliminar a repressão ao movimento de massas - em lugar de estimularem a autode-
fesa armada. No Brasil, os reformistas seguem esta mesma lógica de conciliação-
e reboquismo, agindo dentro do seguinte espírito: "O Parlamento burguês, o elei-
toralismo burguês, a oposição burguesa faliram? Então vamos fazer oposição den-
tro das forças armadas, influir dentro do governo; vamos conciliar mais, vamos
trazer o reboquismo demagógico, o obsequioso democratarejo pela traição aberta, va-
mos substituir a crítica frouxa da burguesia na oposição pelo conselho amigo de
viagem".

A tendência nacionalista facista é representada pelo ex-ministro AI
buarque Lima. Seu órgão oficial é o semanário "Fato Novo" - muito elogiado -
pela Rádio de Moscou. A falta de uma alternativa própria e a fraqueza política-
desta tendência é patente. Apesar de externar posições anti-imperialistas e se-
ntar com um governo no estilo alvaradista, suas propostas se resumem a pedir à
ditadura para tomar medidas de proteção à indústria nacional, apoiando entusias-
ticamente qualquer pseudo-nacionalista - encontrados inclusive entre os membros
do atual governo - totalmente identificado com os interesses do imperialismo.

MILITARISMO

A negação da prática reformista não se deu apenas no movimento de mas-
sas, mas também com as ações armadas, que começaram a se realizar a partir de
67. Estas ações armadas iniciadas sistematicamente através de confiscos, evoluí-
ram para a recuperação de armamento, as ocupações de rádio, as sabotagens e os
sequestros. As experiências de Angra dos Reis e do Vale da Ribeira, apesar das
suas limitações, demonstraram as debilidades do aparelho repressivo no combate-
à luta armada no campo e a capacidade dos revolucionários lhes impor derrotas.
Isto ficou demonstrado com o rompimento do cerco e as baixas que foram provoca-
das no inimigo. No Vale da Ribeira, todos os revolucionários que lá se encontra-
vam conseguiram romper o cinturão militar.

A luta armada saiu dos círculos intelectuais e incorporou-se à práti-
ca da revolução brasileira. A discussão sobre se a luta armada era ou não inevitá-
vel, que foi um dos elementos essenciais no rompimento com o reformismo, tornou-
-se uma discussão do passado. As diferenças entre reformistas e revolucioná-
rios, passou a ser computado, também, o encaminhamento ou não da prática arma-
da. Os êxitos das ações armadas foram a propaganda mais substancial da guerra
revolucionária, entre os revolucionários e entre as massas.
A prática pequeno-burguesa, unilateral e militarista, foi a gran-

4457
de debilidade da prática armada desencadeada - e que vem se desencadeando - a partir de 68. Os elementos que deram margem a isso foram as influências teóricas do debrayismo, as teses da OIAS, a falência dos Partidos em toda a América Latina, a predominância da prática social pequeno burguesa, o processo fracassado da luta contra o reformismo, a inexistência de uma vanguarda marxista com uma tática definida para a conjuntura relacionando corretamente a frente de massas e a frente militar, a inexperiência no terreno da luta armada - que surgiu como uma novidade dentro do processo - a predominância do massismo e a subestimação de como reformista pelo encaminhamento prático da luta armada, ou a sua compreensão burocrática, por parte das organizações que encaminharam o trabalho de massas.

Apesar das teses militaristas já terem influência entre o movimento revolucionário, mesmo antes das ações armadas, a tendência militarista só predominou no movimento revolucionário com o descenso do movimento de massas, de pois do AI-5. A destruição do movimento de massas, a desarticulação das organizações que o dirigiam, a sua falta de perspectiva para a continuidade do processo e a sua incapacidade de encaminhar a prática armada, deram margem a que o desvio militarista pudesse capitalizar a falência do desvio massista.

A conjuntura do descenso era complexa. Exigia uma análise crítica - das experiências do movimento de massas anterior ao descenso, a definição de novas formas de luta e organização para o trabalho de massas e encaminhamento da luta armada, desenvolveu-se a prática já existente, o esclarecimento sobre os desvios reformistas e militaristas. Tal complexidade exigia análises mais aprofundadas. E diante da sua ausência por incapacidade teórica ou por influência ideológica dos dois desvios, predominou o militarismo; em ascensão, pouco complexo, mais fácil - apesar de profundamente irreal.

O simplismo foquista partia de que "as condições objetivas já existiam o foco cria as condições subjetivas". Mas, o que criaria as condições para o foco? Este foi um elemento subestimado, primeiro porque o foquismo também foi influenciado pela atmosfera do ascenso do movimento de massas - que deve ter sido considerado uma boa "base logística" -; depois, porque o descenso do movimento de massas provocou também um crescimento - ou enchação - nas organizações foquistas. A partir daí, certamente se considerava o trabalho de massas, já - como fósforo queimado"; ele já havia proporcionado os meios humanos para o foco; os meios materiais, a montagem da infra estrutura, os recursos financeiros seriam conseguidos pela prática armada. Depois disso: foco/exército/cêrco e ocupação da cidades (talvez alguma grevenzinha solidária) e tomada do poder - Simplíssimo.

No que se diz respeito ao trabalho de massas, os desvios militaristas refletiam-se nas seguintes concepções: tomar o descenso como falência da luta de massas; epregoar que a luta de massas só poderia se reorganizar depois da guerrilha rural; compreender o trabalho de massas como a simples ampliação de aliados de apoio; identificar a ação de massas com ação de vanguarda dirigida e a massa, relegando a massa ao papel de espectadora da vanguarda; imaginar que a massa será incorporada ao processo, atrida pela multiplicação das ações de vanguarda; reduzir o trabalho de massas ao nível da propaganda armada; pretender organizar as massas com as mesmas formas de organização da vanguarda; substituir a necessidade de mobilização da massa na luta pelos seus interesses; Mas uma vez predominava no processo revolucionário a influência espontânea das conjunturas e dos desvios ideológicos. A perspectiva de reestruturação do movimento de massas, à base de novas formas e de apoio armado, a impossibilidade de se substituir a prática de massa pela prática de vanguarda, a necessidade de luta de massas do começo ao fim do processo, eram simples verdades teóricas, carentes da realidade do descenso. E a pequena burguesia radical, muito pouco instruída nos princípios e à consequência, afogou-se no militarismo

SD

~~ST~~
Garcia

Alb3
~~ST~~

- As forças revolucionárias, são muito isoladas entre si; não foram capazes de romper com o isolamento e estabelecer a unidade de ação no encaminhamento de lutas específicas à base das posições comuns.

4479
j

4479
CC

3

O APARELHO DE ESTADO, DO LIBERALISMO À MILITARIZAÇÃO

CENTRALIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO

No Brasil, o estado militarista é a nova forma de exercício da ditadura burguesa. O liberalismo, que correspondeu a uma fase de desenvolvimento capitalista, saturou-se e passou a constituir um obstáculo ao desenvolvimento do sistema. O agravamento da crise econômica e o avanço das lutas de massa, - principalmente operárias e camponesas, impuseram a necessidade de um maior impulso na integração imperialista, na concentração de capital, na exploração econômica e na repressão ao movimento revolucionário. Estas tarefas só poderiam ser realizadas por um aparelho de estado militarizado.

Os monopólios vitoriosos em 64, para encaminhar sua política econômica-financeira, reprimir o movimento de massas e as forças revolucionárias, e isolar do poder a burguesia brasileira e o latifúndio, teriam que possuir - um aparelho de estado forte, centralizado e coeso. A monopolização econômica teria que corresponder a monopolização política, a ser expressa num instrumento estatal remodelado, diferente do anterior.

Até 64, apesar do imperialismo já deter a hegemonia do processo econômico, a burguesia monopolista não detinha ainda o seu controle. O poder era dividido entre os diversos setores da burguesia e o latifúndio. O Congresso era um reduto dos latifundiários. Os governos estaduais, principalmente no Nordeste e no Centro-Oeste, de um modo geral também representavam os latifundiários. Havia também no Congresso e em alguns casos também em governos estaduais a influência de setores populistas, reformistas pequeno-burgueses - (Frente Parlamentar Nacionalista, governo de Arnes, etc.). O estado era utilizado para a absorção da mão-de-obra excedente, servindo ao empreguismo e elitismo - daí a sua corrupção e a sua ineficiência. Até a repressão dependia muito do poder de determinação local. Havia uma relativa autonomia do judiciário, do Congresso e da imprensa. O estado tinha uma estrutura frágil e descentralizada, e havia uma ampla faixa de organização legal das massas.

Com o golpe, a burguesia monopolista e o imperialismo se apoiam nas forças armadas. Estas representavam o instrumento eficaz para dirigir o estado, dentro da estratégia econômico-financeira e socio-política do capital monopolista; possuíam uma estratégia centralizada, uma oficialidade ideologicamente próxima do imperialismo e politicamente avessa ao liberalismo, mais disciplinada e operativa por formação de caserna e vinculação hierárquica.

Verifica-se a crescente aproximação entre os instrumentos da repressão e o poder executivo, tendo com base a utilização do exército como órgão de gestão político-militar. Restringe-se a funções decorativas o Congresso. Limita-se a autonomia do judiciário, com o estreitamento das leis e a maior integração da justiça militar, dos IPMs, etc.. Golpeia-se a organização e a mobilização legal das massas. Mas, devido ao golpe ter se baseado socialmente no capital monopolista, no latifúndio, no conjunto da burguesia e em setores da pequena-burguesia, e pelo fato de ainda não estar consolidado, - mantiveram-se resquícios de liberalismo como as eleições diretas para os governos estaduais, a relativa autonomia universitária, da imprensa e do poder judiciário, o direito de habeas-corpus, a dependência a muitos quadros administrativos e políticos formados no liberalismo anterior e com sua influência.

449
Estruc. do Estado

o AI-5 marcou o final da transição do estado liberal para o estado militarista. Uma característica nova do AI-5 foi fugir à perspectiva imediatista dos atos promulgados durante a gestão de Castelo Branco, tendo prazo de vigência indeterminado e criando a ditadura de uma força jurídico-repressiva potencial, sobrepondo-se à constituição imposta e eliminando a necessidade de novos atos. Com o AI-5, reduziu-se mais ainda a estreiteza do judiciário, já enquadrado na constituição imposta e na lei de Segurança Nacional retirando-se o direito de habeas-corpus, decretou-se o recesso do Congresso por tempo indeterminado; estabeleceu-se o poder de intervenção nos estados e municípios; subordinou-se as comissões estaduais de inquérito à comissão central, ligada ao núcleo de poder; eliminou-se por completo as influências elitistas e populistas, com o esmagamento da oposição burguesa e da Frente Ampla, com a cassação dos seus líderes; depurou-se o aparelho de estado dos militares representativos das posições nacionalistas de direita, como foi o caso de Albuquerque Lima.

Dando prosseguimento à escalada repressiva e a complementando, instituiu-se o decreto 477, a fidelidade partidária, o banimento e a pena de morte. A escolha de Garrastasiu, feita pelos generais, almirantes e brigadeiros, demonstra que as forças armadas são o principal instrumento do poder.

A primeira fase da transição do liberalismo ao militarismo correspondeu à implantação da ditadura. O objetivo principal foi a repressão ao movimento de massas e às forças que o dirigiam. Com o movimento de massas aniquilado, passou-se a depurar o aparelho de estado dos resquícios e das influências liberais, constitucionalistas e localistas, isolando-se do poder os latifundiários, restringindo-se a faixa de atuação da oposição burguesa, arrefecendo-se os pequenos-burgueses juridicistas, populistas ou sensíveis ao liberalismo. A influência ainda grande do reformismo entre as esquerdas e no movimento de massas e a sua intervenção no processo eleitoral, determinaram o nível das medidas repressivas, em 65/66. Com o auge do movimento de massas sob nova influência, rompendo com as formas legais e utilizando, com frequência, a violência, o crescimento das ações armadas, em 67/68, determinaram novos objetivos e novos métodos de repressão.

A militarização das instituições, a utilização do exército como órgão de poder e de quadros militares como políticos e administradores, não é um simples recurso tático, até uma pretensa volta do exército aos quartéis, subordinado a uma direção civil, e um afastamento no sentido do liberalismo. A militarização é uma tendência estratégica. A substituição gradativa de civis por militares nos principais postos de decisão político-administrativa, a militarização crescente no âmbito estadual e municipal, a centralização rigorosa em torno do núcleo de poder e a repressão cada vez mais desenfundada, constituem uma tendência constante do estado capitalista-brasileiro—uma tendência que vem se firmando a partir de 64, aprofundou-se e foi completada em suas linhas com o AI-5, continuou e continuará progredindo. O que se verifica, não é a formação de uma elite civil que substituirá, gradativamente, a ditadura militar, mas o prolongamento do militarismo, com a formação de uma elite civil militarizada militarista, que aceita a direção do exército e está em harmonia com ele.

O desenvolvimento da luta revolucionária trará o consequente aprofundamento do militarismo. As forças revolucionárias devem estar preparadas para medidas repressivas e normas institucionais cada vez mais severas, devendo-se organizar as massas, dentro desta perspectiva.

REPRESSÃO:

A Reorganização dos órgãos de Repressão

O trabalho repressivo da ditadura visa os seguintes objetivos: impedir no nascedouro qualquer ação de massas; isolar e destruir as organizações revolucionárias na área do eixo estratégico; impedir a preparação, o lançamento e o enraizamento da guerrilha rural.

Na remodelação do aparelho do estado, o aperfeiçoamento da máquina repressiva foi um dos aspectos mais importantes. O ascenso do movimento de massas, com a multiplicação dos choques de rua e o desencadeamento das ações armadas, colhou de surpresa as forças repressivas, ainda com uma estrutura que refletia uma realidade de descenso e a inexistência da prática armada. Mas a partir de 67 basicamente, foi-se implantando e modificando a estrutura e nos métodos de repressão, principalmente na faixa Rio - São Paulo, onde houve o maior acirramento das lutas de massa e o maior acirramento das lutas de massa e o maior volume de ações armadas.

A reorganização da máquina repressiva caracterizou-se pelo seguinte: - centralização do comando e das informações; concentração de efetivos; maior mobilidade e rapidez; aumento das tropas de elite e dos serviços especializados.

Em São Paulo formou-se a Operação Bandeirantes e no Rio a CODI (Centro de Operações de Defesa Interna). Ambas expressam a junção dos serviços secretos militares, e mais o SHI e as forças policiais especializadas (DOPS e Polícia Federal). Regionalmente, os comandos policiais-militares especializados em informações foram centralizados e seu trabalho foi dividido, com a criação de um setor de informações específico para cada organização revolucionária ativa. Estes setores regionais trocam informações com seus similares de outras regiões. Todas estas medidas permitiram um maior volume de informações e melhor emprego das forças militares de inteligência e, sobretudo, elevaram a rapidez e a descentralização operativas, permitindo rápidas ações de eixo das organizações revolucionárias.

No combate e na prevenção de ações de massa, as medidas mais importantes foram: a transformação das polícias militares estaduais em tropas de choque contra manifestações, já testadas em 68, na época do ascenso; a assimilação de todas as forças policiais ostensivas - como a guarda civil - pela polícia militar, treinadas e dirigidas pelo exército, através da Inspeção Geral das Polícias Militares. Para facilitar a ação preventiva, alargou-se a vigilância ostensiva ou discreta.

A preparação para o combate à guerrilha rural também é intensa, com a formação de unidades anti-guerrilheiras do exército, treinadas pelos "boinas verdes" americanos e a imediata concentração de tropas nas áreas rurais, ao menor indício de movimentação revolucionária, como se verificou em Angra dos Reis e no Vale da Ribeira. As forças armadas e o imperialismo conhecem a estratégia da guerra revolucionária e as áreas favoráveis à guerrilha rural e procuram impedir o seu lançamento de qualquer maneira. A sua preparação no entanto é insuficiente como foi demonstrada com o rompimento do eixo em Angra dos Reis.

A tortura tem sido o método principal para a obtenção de informações. Em função disso, não mais se tem divulgado, imediatamente, as notícias sobre prisões de revolucionários, por vários motivos: porque permite a ação policial de surpresa, antes que a organização possa modificar os esquemas conhecidos pelo companheiro preso que dá informações; porque permite se

457
T...
V...

torturar pacientemente o revolucionário preso, havendo tempo para sua recuperação física, até que possa ser apresentado; porque quando o prisioneiro não resiste às torturas e morte, pode-se alegar que ele foi ferido ao resistir à prisão, morrendo em consequência; quando não se espera conseguir informações do prisioneiro e ele é considerado perigoso, elimina-se-o, utilizando-se o mesmo argumento de morte em combate. Praticamente não tem sido utilizado o método de infiltração, numa prova de que a mudança de qualidade das posições reformistas para a prática revolucionária dificulta a infiltração policial, na medida em que há uma maior rigidez no recrutamento, uma maior distinção e uma maior pureza das novas organizações revolucionárias.

Propaganda Repressiva;

Parte da propaganda ditatorial está ligada diretamente aos objetivos de justificar a ação repressiva e estimular a delação. Esta propaganda se desenvolve nos seguintes aspectos:

- Distorção dos objetivos e do caráter das organizações revolucionárias que encaminham ações armadas, bem como dos seus militantes, retratados como terroristas sanguinários e assassinos;

- Distribuição em massa de instruções sobre aspectos do funcionamento clandestino, estimulando o povo à delação (pela imprensa e por meio de panfletos em festas populares, como por exemplo no Morumbi em SP). O objetivo é a formação de uma rede de informantes entre a massa;

- Capitalização das vitórias obtidas pela repressão e dos insucessos das forças revolucionárias, como as quedas de aparelhos, as prisões, assassinatos (como o de Marighela), as traições (Massafumi e Lungaretti), os planos e as ações revolucionárias que não se consegue levar à frente (sequestros de Porto Alegre e Recife).

- Utilização de médicos, dentistas, oficiais especializados que procuram captar a simpatia da população rural, com a assistência gratuita nas operações anti-guerrilha, conforme se observou em Caparaó e Angra dos Reis.